

CAPÍTULO 7 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

7.1 Histórico

Com o objetivo de institucionalizar e sistematizar a avaliação institucional a UFMG criou, em 2002, a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) como um órgão da Administração Central. Essa decisão resultou de um processo cujo início data de 1993, quando a UFMG se tornou parte integrante do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). No âmbito desse programa, as avaliações privilegiaram os cursos de Graduação, com ênfase na atuação dos docentes e nas disciplinas por eles ministradas.

O PAIUB compreendia diversas etapas, sendo a primeira delas de diagnóstico e sensibilização da comunidade. A sensibilização compreendeu o preenchimento de questionários pelos estudantes para avaliar as disciplinas cursadas e os professores que as ministraram. Além disso, os docentes foram continuamente estimulados a dialogar com a PROGRAD sobre os métodos, instrumentos e resultados da avaliação. Um “Caderno de Avaliação”, coletânea de textos relativos a estudos e discussões conceituais sobre o tema e relatos de experiências de avaliação da Graduação, produzidos na UFMG e em outras Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, teve cinco números editados, com distribuição para todas as instâncias da Universidade, bem como para outros órgãos, instituições e entidades governamentais e não governamentais. No segundo semestre de 1994 teve início a avaliação interna, estruturada em quatro componentes: i) avaliação de cursos: suas condições, processos e resultados; ii) avaliação de disciplinas; iii) avaliação do desempenho docente nas disciplinas e iv) avaliação do desempenho discente nas disciplinas. Essa etapa foi seguida pela de avaliação externa (1997-1999), realizada por comissões compostas por três membros, sendo um representante de entidade científica, um com experiência na área profissional do curso e um ex-estudante formado nos últimos cinco anos. Na avaliação externa foram considerados aspectos relativos aos currículos, aos corpos docente, discente e TAE e à infraestrutura de 37 cursos da UFMG. Os relatórios produzidos pelas comissões foram analisados pela Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação (CPA) da PROGRAD e, posteriormente, o Pró-Reitor de Graduação, juntamente com o presidente da CPA da PROGRAD, visitaram os cursos, com o objetivo de discutir os pontos destacados nos relatórios.

A promulgação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos de Graduação e do desempenho dos estudantes (ENADE). O SINAES estabeleceu que as IES deveriam fazer sua autoavaliação, conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada na UFMG em 2006 (Resolução nº 05/2006, do CEPE). A CPA da PROGRAD foi extinta, sendo suas atribuições e equipe incorporadas à DAI. A DAI permaneceu responsável pela interlocução com o MEC e outros organismos, no que concerne às informações necessárias à avaliação e gestão da Universidade. Assim, a DAI coordena os processos de regulação (Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos da Graduação), alimenta o Cadastro e-MEC sobre os cursos da UFMG, analisa os indicadores de qualidade da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP/MEC), coordena o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), coleta as informações para o Censo da Educação Superior e fornece suporte administrativo para a CPA.

O SINAES estabeleceu as dez dimensões da avaliação institucional: i) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; ii) Planejamento e Avaliação; iii) Responsabilidade Social; iv) Políticas Acadêmicas; v) Políticas de atendimento aos estudantes; vi) Comunicação com a Sociedade; vii) Políticas de Pessoal; viii) Organização e Gestão da Instituição; ix) Sustentabilidade Financeira e x) Infraestrutura Física. Essas dimensões passaram a orientar os processos avaliativos internos e externos.

A avaliação externa, institucional e de cursos de Graduação, é realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC, compostas por membros externos, pertencentes à Comunidade Acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação. A avaliação externa resulta em indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulação exercido pelo MEC, como intenciona mostrar a qualidade da educação superior para a sociedade.

Em 2014, com a publicação do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, do INEP/MEC), as dez dimensões do SINAES foram agrupadas em cinco eixos avaliativos: i) Planejamento e Avaliação; ii) Desenvolvimento Institucional, iii) Políticas Acadêmicas; iv) Políticas de Gestão e v) Infraestrutura. Esse instrumento destacou a centralidade da autoavaliação e do PDI no processo de avaliação externa, o que resultou na redefinição da composição e atuação da CPA na UFMG (Resolução nº 15/2014 do CEPE).

Reconhecendo a existência e a legitimidade de diversas iniciativas de autoavaliação que acontecem na Universidade, a nova composição da CPA foi pensada visando a representatividade da Comunidade Acadêmica (professores de diferentes áreas do conhecimento, servidores TAEs e estudantes), assim como a articulação entre setores essenciais no processo avaliativo na UFMG, como Pró-Reitorias, Diretorias, CEDECOM, FUMP e DCE. A CPA permaneceu vinculada ao Gabinete do Reitor e passou a ser constituída por: i) o Diretor e o Diretor Adjunto da DAI, indicados pelo Reitor e ii) 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo do CEPE, e nomeados por Portaria do Reitor, sendo: a) seis servidores docentes; b) cinco servidores TAEs; c) dois discentes; d) um membro não pertencente aos quadros da UFMG. As atribuições da CPA compreendem: i) sistematizar as informações sobre a Universidade e seus cursos, visando à implementação dos processos avaliativos definidos no SINAES; ii) examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional vinculados ao SINAES e emitir parecer a respeito dessa matéria, para conhecimento da Comunidade Universitária e da sociedade; iii) solicitar à DAI a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição e iv) submeter aos Colegiados Superiores da UFMG os projetos de autoavaliação institucional e o relatório final.

A CPA, entre setembro de 2014 e março de 2018, desenvolveu diversas atividades com o objetivo de promover a avaliação institucional e dos cursos de Graduação, contribuindo para a reflexão e a construção de propostas. Em 2017, a atuação da CPA foi essencial no processo de avaliação externa com finalidade de Recredenciamento Institucional, para demonstração da excelência e relevância das atividades desenvolvidas pela UFMG. A UFMG obteve nota máxima, Conceito Institucional (CI) igual a 5. Para além do significado objetivo, essa conquista tem um significado político no atual contexto de defesa da universidade pública e gratuita no nosso país.

7.2 Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional é sistematizada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES/MEC. A autoavaliação é um processo dinâmico por meio do qual a Instituição busca e constrói conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados, identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas. A autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

A participação da Comunidade Acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional. Na UFMG, essa participação faz parte da própria estrutura organizacional, baseada em Órgãos Colegiados com representantes eleitos e orientada pela escuta qualificada e pelo diálogo permanente. Além disso, a CPA promoveu encontros para discussão de temas relacionados à avaliação institucional, abertos à participação da Comunidade Acadêmica, e divulgação pelas mídias institucionais (Boletim da UFMG, Rádio UFMG e TV UFMG).

Existem na UFMG, processos de autoavaliação em diversos setores, destacando-se: i) avaliação da Graduação, realizada pela PROGRAD, a ser discutida neste Capítulo; ii) avaliação da extensão; realizada pela Diretoria de Avaliação da PROEX, descrita no capítulo sobre extensão; iii) avaliação da Pesquisa e Pós-Graduação, referenciada pelos critérios da CAPES/MEC e apresentadas nos respectivos capítulos deste PDI; iv) avaliação de desempenho dos servidores, realizada PRORH, e avaliação dos departamentos pela CPPD, discutidas no capítulo sobre Gestão de Pessoas; v) avaliação do desempenho didático do docente realizada pelo discente, acompanhada pela DAI, a ser discutida neste Capítulo.

A CPA se propôs a acompanhar e relatar esses processos avaliativos, compondo um retrato institucional em seus relatórios anuais. Além disso, desenvolveu outros estudos complementares ao processo de avaliação já existente na UFMG. O Quadro 13 mostra os estudos realizados pela CPA, 2014-2015, cujos resultados fazem parte dos Relatórios de Autoavaliação³⁴.

QUADRO 13
Planejamento da autoavaliação (relatórios parciais 2014 e 2015)

EIXO DE AVALIAÇÃO (DIMENSÃO SINAES)	TEMAS ESPECÍFICOS DA UFMG	
	2014	2015
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Avaliação Externa e Autoavaliação	Autoavaliação a partir dos resultados do SINAES
	Visitas in loco: o que nos dizem os avaliadores externos?	Avaliação do ensino da Graduação na UFMG
	Censo da Educação Superior	Participação da comunidade e mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	Ações afirmativas na UFMG	Mudanças no Ensino de Graduação da

³⁴ Os Relatórios de Autoavaliação produzidos anualmente pela CPA estão disponíveis na íntegra no site da UFMG, https://www.ufmg.br/dai/auto_avaliacao.php

(Responsabilidade Social da Instituição)	A responsabilidade social da UFMG e a relação com o SUS	UFMG: análise e perspectivas Educação superior e inclusão social: estudo sobre estudantes concluintes na Educação superior brasileira e na UFMG. Avaliação das ações da Diretoria de Ação Cultural
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Comunicação com a Sociedade)	Extensão: descrição das ações Internacionalização: descrição das ações Pós-Graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção 1 Projetos de Inovação no Ensino A expansão da oferta de cursos e vagas (REUNI) Projetos de inovação e metodologia de ensino Programas de bolsas da PROGRAD Comunicação com a Sociedade - Atuação interna e externa do Centro de Comunicação (CEDECOM)	Extensão: avaliação das ações Internacionalização: avaliação das ações Pós-Graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção 2 Formação de professores da UFMG no laboratório de criação de materiais didáticos para a educação a distância: experiências, desafios e perspectivas A educação a distância no contexto educacional da UFMG: dimensão histórica, ações de planejamento e de avaliação Assistência Estudantil: avaliação das ações da Fump. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Faculdade de Medicina Sustentabilidade financeira
Eixo 4 – Políticas de Gestão (Políticas de Pessoal, Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira)	Situação, desafios, propostas e planejamento da PRORH Organização e Gestão da UFMG Sustentabilidade Financeira	
Eixo 5 - Infraestrutura Física	Avaliação externa e do questionário do estudante (Enade)	Avaliação da infraestrutura: visão dos técnicos administrativos

Para alcançar os objetivos relacionados à avaliação dos cursos de Graduação, a CPA organizou encontros semestrais, tendo como público-alvo principal os Coordenadores de Colegiado e membros de Núcleo Docente Estruturante (NDE), para discussão de temas relacionados ao ensino e à extensão, principalmente. Além disso, esteve presente em eventos e reuniões promovidas por NDEs e Colegiados, realizou reuniões individuais com coordenadores de cursos de Graduação para discussão dos resultados do ENADE e acompanhou as visitas de avaliação *in loco*.

Com participação da CPA e da DAI, foi implementada uma mudança nos critérios de avaliação do desempenho didático dos docentes, feita pelos discentes, uma demanda que surgiu com a aprovação dos novos critérios para promoção e progressão na carreira docente (Resolução nº 04/2014 do Conselho Universitário). O novo questionário, disponibilizado semestralmente no período de matrícula, contém cinco perguntas fechadas e espaço para comentários livres. A pontuação em cada item varia entre -2 e +2. A CPA irá desenvolver estudos sobre a utilização desse questionário. O Relatório dessa avaliação pode ser obtido por docente, por departamento ou por Unidade Acadêmica. O Gráfico 61 exemplifica esse processo com a avaliação dos docentes da Faculdade de Medicina da UFMG.

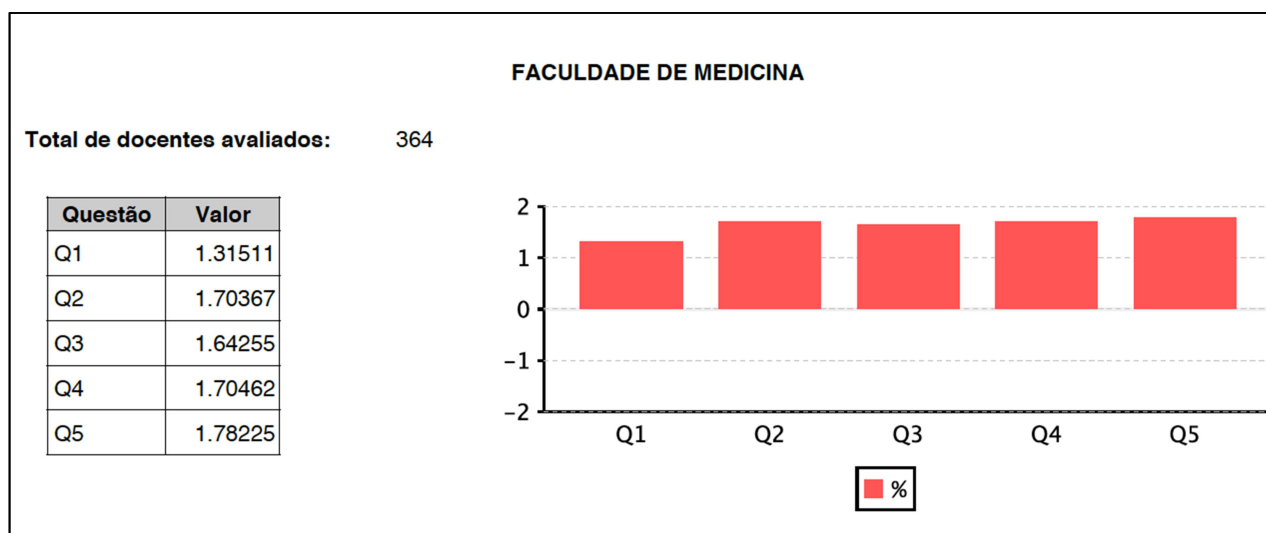


GRÁFICO 61– Avaliação do Desempenho Didático dos Docentes da Faculdade de Medicina, realizada pelos estudantes, 2017

Q1 – A atuação do(a) docente contribuiu para sua aprendizagem?

Q2 – Refere-se ao cumprimento do plano de ensino ou de orientação para a atividade.

Q3 – Refere-se à assiduidade do(a) docente responsável pela atividade.

Q4 – Como você avalia o domínio de conteúdo pelo(a) docente responsável?

Q5 – Quanto ao relacionamento com os(as) discentes, você considera que o(a) docente responsável apresentou comportamento ético e profissional?

Em 2016, a CPA se dedicou a avaliar o PDI da UFMG 2013-2017, o que compreendeu as seguintes etapas: i) análise da estrutura do PDI e comparação com documentos de referência; ii) solicitação aos setores envolvidos na implementação das ações propostas que analisassem o que estava previsto, o que foi realizado, o que não foi realizado e porquê e iii) elaboração do Relatório Avaliativo do PDI.

Em 2017, a CPA foi responsável por preparar a visita *in loco* para Recredenciamento Institucional, com preenchimento do instrumento de avaliação, organização de documentos, divulgação e orientação dos setores envolvidos.

Todo o processo de trabalho da CPA, assim como os resultados analisados, está consolidado nos Relatórios de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externa. O Relatório da CPA é postado anualmente no sistema e-MEC e divulgado na página eletrônica da UFMG. A Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP orienta um roteiro para sua elaboração, composto por um relatório de transição (postado em março 2015), dois relatórios parciais (março 2016 e 2017) e um relatório integral (março 2018). Ressalta-se que os resultados, incluindo sugestões de ações a serem implementadas, foram apresentados à equipe da Reitoria.

Os relatórios da CPA foram a referência para propor o processo de elaboração do PDI 2018-2023, aprovado pelo CEPE em maio de 2018.

7.3 - Autoavaliação dos Cursos de Graduação

Em 2003, o Conselho Universitário estabeleceu a criação de cursos noturnos como mecanismo prioritário e mais adequado para o alcance das metas de inclusão social e democratização

do acesso ao ensino superior. Essa decisão fundamentou a alocação de novas vagas da proposta de adesão ao Programa REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). As metas para o período 2008-2012 foram: ampliar o total de vagas para mais de 6.509, correspondendo a uma matrícula projetada de 32.000 estudantes; ampliar o ingresso na Pós-Graduação (8.500 mestrandos e doutorandos); expandir o turno noturno; reduzir a seletividade social do concurso vestibular; propor cursos para o atendimento das demandas emergentes.

Além de expandir vagas para o turno noturno em cursos existentes, novos cursos também foram criados no REUNI. A expansão de cursos e vagas resultou da experiência acumulada pela UFMG, no âmbito da Graduação, da Pós-Graduação e da extensão, na formação acadêmica direcionada aos mais diversos campos do saber. Esses novos cursos compartilham a experiência acumulada pela Instituição no trato da diversidade (social, cultural, étnica) e expressam, nos processos formativos que conduzem, o compromisso social assumido pela mesma ao longo de sua história. Todos os novos cursos já foram reconhecidos, com visita *in loco* do INEP/MEC.

A expansão de vagas na Graduação presencial, com acréscimo de 2066 vagas novas no período entre 2006 e 2012, permitiu o aumento em 46% da matrícula projetada: 2007 = 23.983 e 2012 = 35.133, superior à meta estabelecida no REUNI (20%). O total de 6740 vagas iniciais em cursos de Graduação presenciais, ofertadas atualmente, configura o patamar de oferta alcançado em 2012. Distribuídas entre 51 cursos, 1470 vagas (71,15%) foram destinadas para o turno Noturno. Em 2007, 21% das vagas dos cursos de Graduação eram ofertadas no turno Noturno; e em 2014, 32,7%. Na Pós-Graduação, a meta de expansão de matrícula foi atingida em 2013 (8.465).

Ao definir as metas para o PDI 2013-2017, a UFMG estabeleceu a necessidade de consolidar a expansão da Graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias. A adequação da infraestrutura estava em franca expansão, como exemplificado pela construção de três CADs, mas sofreu impacto de cortes orçamentários que vem ocorrendo desde 2014.

A avaliação dos resultados da expansão do REUNI, realizada pela CPA e divulgada no Relatório de Autoavaliação de 2015³⁵, tomou por referência as metas do REUNI: elevação da relação de estudantes de Graduação em cursos presenciais por professor para 18:1, e elevação gradual da taxa de conclusão (TCG) média dos cursos de Graduação presenciais para 90%; ao final de cinco anos. Com relação à alocação de docentes, a superação da meta ocorreu em 2013, ano em que a relação estudante-professor foi 20:1. A TCG foi definida como a relação entre o total de diplomados, em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela Instituição cinco anos antes. A TCG foi 86% em 2011, 82% em 2012, 65% em 2013 e 54% em 2014. As causas da redução da TCG estão sendo analisadas pela PROGRAD e, em parte, podem ser resultado da grande mobilidade dos estudantes entre cursos e instituições, acentuadas pelo SISU. Isso tem sido abordado também com políticas que visam a permanência do estudante na UFMG. Ressalta-se que, no mesmo período, a UFMG se situou em primeiro lugar em relação ao Indicador Estudante Equivalente Graduação³⁶, que reflete a eficiência da IES, analisando a relação entre número de matriculados, ingressantes e concluintes nas IES federais.

³⁵ Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/relatorio-autoavaliacao-institucional-2015.pdf>

³⁶ Nota Técnica número 24, setembro de 2014, Coordenação Geral do Censo/INEP.

As ações formativas da Diretoria de Inovação em Metodologias do Ensino Superior, o GIZ, atendem, desde 2009, tanto ao aumento significativo de cursos e de estudantes quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino.

Além da ampliação de vagas e dos cursos noturnos, outra medida de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior se refere a mudanças no processo seletivo para admissão na UFMG. De 2009 a 2012, a UFMG adotou, como ação afirmativa, o Programa de Bônus, que agregava 10% à nota final dos candidatos que tinham cursado sete anos em escola pública. Os candidatos que também se autodeclaravam pardos ou pretos recebiam bônus de 15% em sua nota final. O Programa de Bônus elevou o percentual de egressos de escola pública: 31% de 2007 para 45%, em 2009. Em 2013, o Programa de Bônus foi substituído por cotas, como definidas pela Lei nº 12.711. A Lei de Cotas previa o aumento do percentual de vagas reservadas, de 12,5%, no primeiro ano, até atingir 50%, em 2016. Além disso, o Vestibular foi substituído em 2014 pelo SISU.

A PROGRAD tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas na mudança do perfil dos estudantes na UFMG e divulgou a análise do perfil dos estudantes matriculados na UFMG, referente ao período de 2009 até 2018/1 (resultados mostrados no capítulo de Políticas para Estudantes). Os ingressantes com renda familiar de até cinco salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais tradicionais, como Medicina e Direito. O percentual dos estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2018, alcançou 54% de todo o corpo discente. A adesão ao SISU elevou o percentual de estudantes que nasceram em outros estados, chegando a 13,3% em 2018. Aproximadamente um terço dos estudantes matriculados nos cursos de Graduação concluíram o ensino médio fora da região metropolitana de Belo Horizonte – 25,4% são oriundos do interior de Minas e 11,3% de outros estados.

Outro relevante estudo conduzido pela PROGRAD, em 2015, evidenciou que o desempenho de estudantes que recebiam apoio social e admitidos após as políticas de bônus e cotas não diferiam significativamente dos demais, desconstruindo o argumento sobre a preocupação com a queda da qualidade acadêmica das universidades públicas com a adoção de ações afirmativas. Esses resultados foram confirmados por novo estudo realizado em 2017, que comparou o Rendimento Semestral Global Médio (RSGM) de estudantes admitidos na ampla concorrência ou na reserva de vagas (cotas) que ingressaram no mesmo ano dentro de cada curso, com dados atualizados até dezembro de 2016. Neste último estudo foi aplicado um teste estatístico que indicou não haver diferença significativa no RSGM (ao nível de 5% de significância) em 84% dos cursos avaliados. Os Gráficos 62 a 64 são exemplos do estudo mencionado de cursos de diferentes áreas.

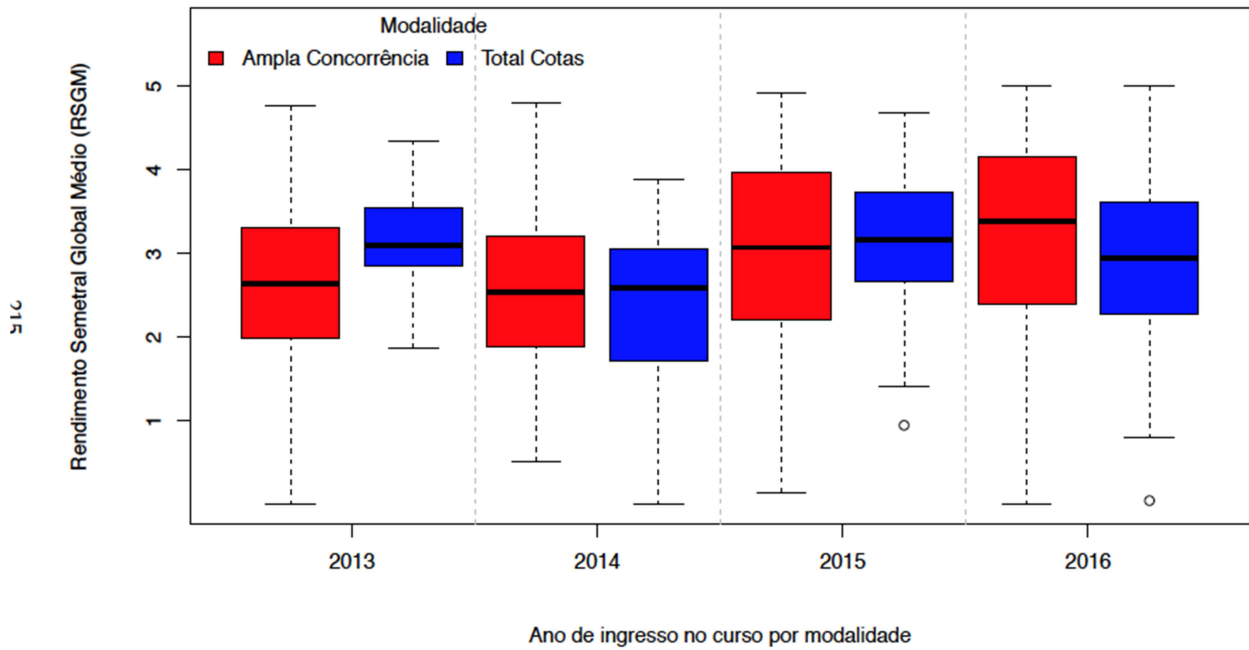


GRÁFICO 62 – Rendimento acadêmico de estudantes de Engenharia Elétrica de acordo com a modalidade de entrada na UFMG

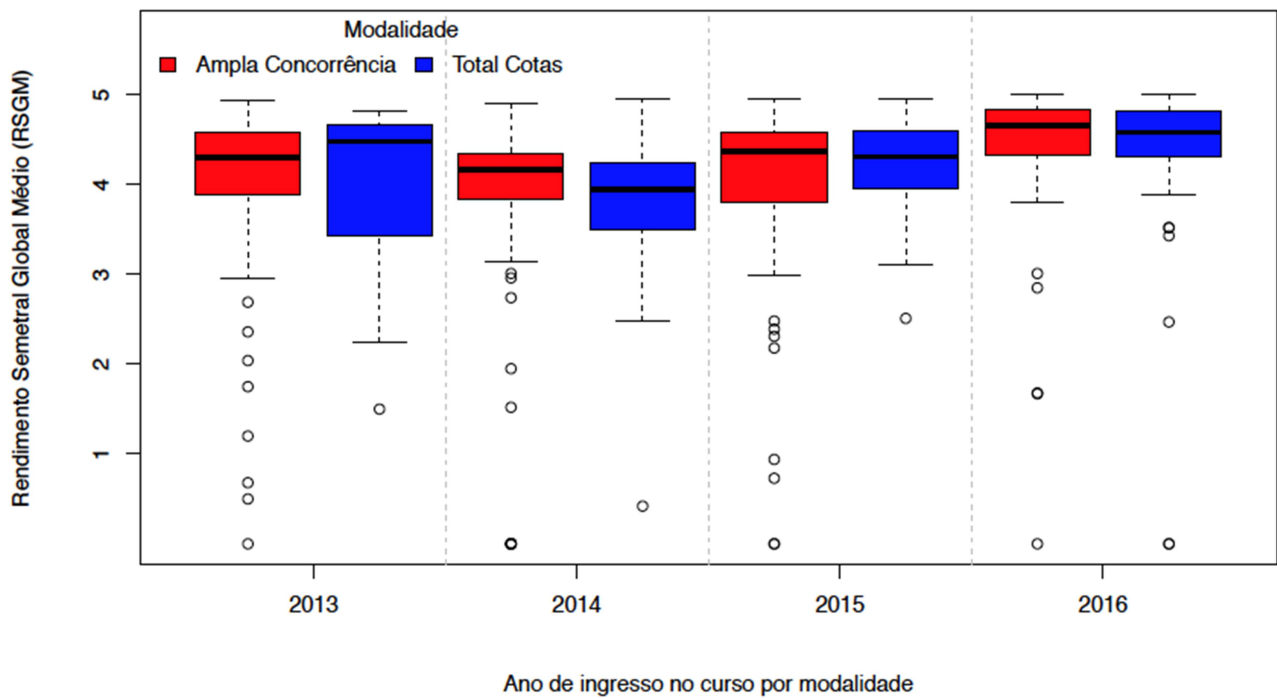


GRÁFICO 63 – Rendimento acadêmico de estudantes de Comunicação Social de acordo com a modalidade de entrada na UFMG

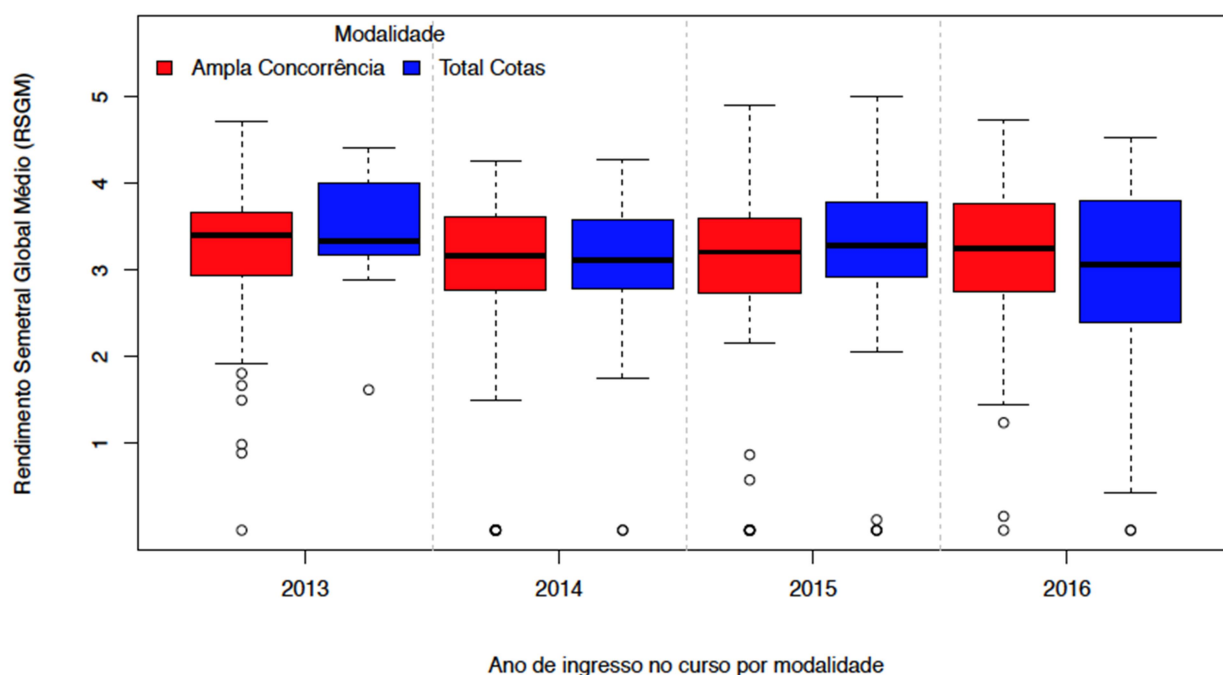


GRÁFICO 64 – Rendimento acadêmico de estudantes de Odontologia de acordo com a modalidade de entrada na UFMG

Desde 2015, a PROGRAD também disponibiliza anualmente Relatórios sobre cada curso de Graduação, que procuram auxiliar a compreensão de fenômenos relacionados com os fluxos de discentes na UFMG. Esses fluxos são observados sob a ótica da entrada e saída de estudantes dos cursos e de fenômenos internos aos cursos que interagem com tais fluxos de entrada e saída. Cada relatório faz a análise referente a um curso de Graduação e são padronizados, tendo sido construídos automaticamente a partir da base de dados de registros acadêmicos da UFMG. A finalidade principal é que esses relatórios colaborem com projetos do curso que buscam reduzir a retenção e a evasão dos estudantes. Existem atualmente três tipos de Relatório:

- I. Análise das disciplinas e cursos ofertados por Unidade Acadêmica. O objetivo desse relatório é avaliar a taxa de retenção das principais atividades acadêmicas curriculares de cada Unidade e também analisar a taxa de saída dos estudantes dos cursos vinculados à Unidade.
- II. Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de Graduação. O objetivo desse relatório é avaliar a dificuldade das principais atividades acadêmicas curriculares de cada curso de Graduação e também analisar como ocorre a saída dos estudantes do curso (evasão, conclusão, mudança de curso, etc.).
- III. Acompanhamento dos estudantes de Graduação. O objetivo desse relatório é produzir informação sobre o desempenho dos discentes de Graduação e indicar aos coordenadores grupos de estudantes que precisariam ser acompanhados com maior atenção. Esse relatório deve ser utilizado somente no âmbito interno da coordenação do curso.

A UFMG, atenta à necessidade de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos de Graduação, instituiu, entre 2014 e 2017, diversas ações estratégicas e de fomento que, somadas às ações de assessoramento já efetivadas junto aos cursos, visam assegurar tanto o aprofundamento da

integração, nos currículos, de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental como, também, o aprimoramento da política de flexibilização curricular. Essas ações estão descritas nos capítulos de Políticas Acadêmicas deste PDI. Citam-se como exemplos: formação complementar de caráter transversal, fortalecimento das ações de extensão, integração entre Graduação e Pós-Graduação e revisão das normas de Graduação.

No sentido de aprimorar o processo de avaliação dos cursos de Graduação na UFMG, a CPA e a Câmara de Graduação/PROGRAD propuseram a revisão da composição e atuação dos Núcleos Docente Estruturante (NDE), definida na Resolução nº 15/2011 do CEPE. O conceito de NDE foi instituído pelo MEC com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação dos cursos de Graduação. Na UFMG, inicialmente, houve preocupação de que a implementação do NDE estaria se sobrepondo à função do Colegiado. Porém, nos encontros realizados pela CPA entre 2015 e 2017, a maioria dos(as) Coordenadores(as) de Colegiado relatou sentir-se sobrecarregada com as atividades técnico-administrativas e acompanhamento das demandas dos estudantes e reconheceu sentido na existência do NDE. O NDE teria a finalidade consultiva, sendo instância de reflexão sobre o curso, permanecendo o Colegiado como a instância deliberativa. Cumpre ressaltar que o instrumento de avaliação *in loco* de cursos presenciais e a distância, utilizado pelo INEP e atualizado em 2017, inclui o NDE entre os indicadores utilizados no processo de avaliação. Diante disso, a Câmara de Graduação apresentou proposta de revisão, cujas principais modificações referiam-se a exclusão do limite máximo de integrantes, considerando a diversidade de cursos, reelaboração das atribuições promovendo maior significado ao NDE e inclusão da possibilidade de que a presidência do NDE não seja exercida pelo Coordenador do Colegiado do Curso. Destaca-se que, pela nova Resolução nº 10/2018 do CEPE, aprovada em junho de 2018, o NDE deverá realizar anualmente uma atividade de avaliação do curso, com participação da Comunidade Acadêmica e produzir um relatório, aprovado pelo Colegiado, que será encaminhado à CPA. Consolida-se dessa forma a proposta de avaliação de cursos de Graduação na UFMG, articulada pela integração entre NDE/Colegiados, CPA e PROGRAD (Figura 4).

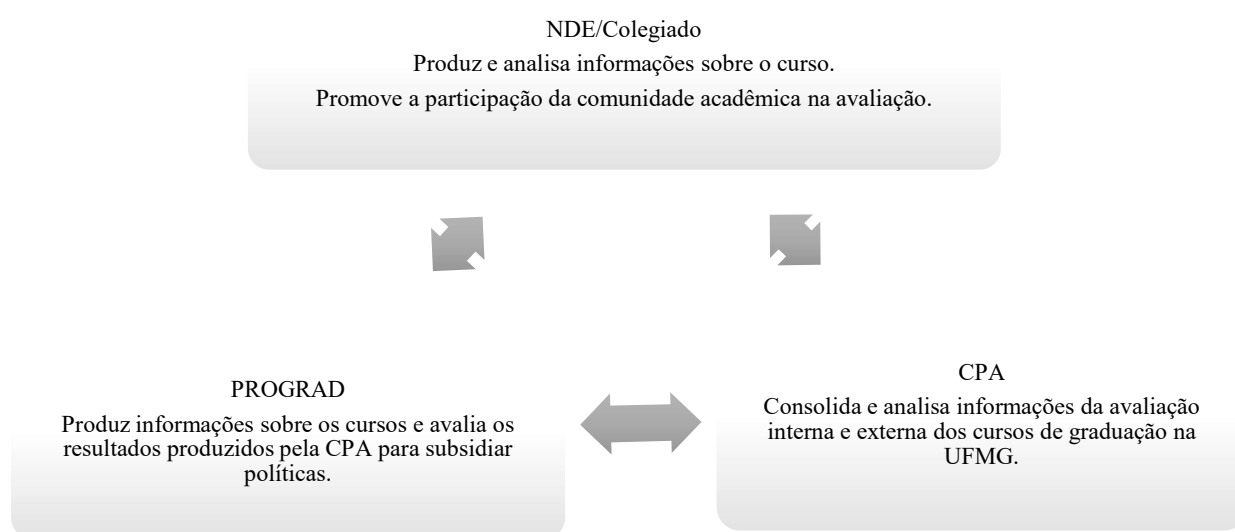


FIGURA 4 – Processo de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação na UFMG

7.4 Avaliação Externa da UFMG

A avaliação externa, realizada pelo INEP/MEC, resulta na elaboração e divulgação de indicadores de qualidade da educação superior, calculados com base nos resultados do ENADE e insumos constantes das bases de dados do MEC, assim como por meio de visitas *in loco*. Os indicadores compreendem:

- de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o Conceito Institucional (CI), resultado de visita *in loco*;
- de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Conceito de Curso (resultado de visita *in loco*);
- de desempenho de estudantes: o Conceito ENADE.

Os indicadores IGC, CPC, IDD e Conceito ENADE recebem uma nota contínua, entre 0 a 5, calculadas a partir do afastamento padronizado em relação a média de todas as notas de um mesmo curso, no Brasil. Essa nota contínua corresponde a um conceito (faixa) com valores entre 1 e 5. Conceito igual ou superior a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Todos os indicadores de qualidade da educação superior estão disponíveis para consulta pública no *site* do eMEC: <http://emec.mec.gov.br/>.

Os resultados da avaliação externa têm sido permanentemente analisados e discutidos pela CPA e Comunidade Acadêmica da UFMG.

7.4.1 Índice Geral de Cursos

O Índice Geral de Cursos (IGC) da UFMG tem sido 5, nota máxima, situando-a entre as cinco melhores universidades do país desde 2007 até 2016 (divulgado pelo INEP em agosto de 2017). Em 2016, apenas 12 universidades tiveram IGC igual a 5 (Tabelas 35 e 36). Entre as três maiores, a UFMG, se destaca como a que teve o maior número de cursos de Graduação avaliados.

TABELA 35
Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2016)

(continua)

Sigla	UF	Nº Cursos	Alfa	Conceito médio da Graduação	Beta	Conceito Médio do Mestrado	Gama	Conceito Médio do Doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (faixa)
UNICAMP	SP	49	0,2699	2,9772	0,2693	4,8465	0,4607	4,9170	4,3744	5
UFRGS	RS	57	0,3889	3,3327	0,2614	4,8690	0,3496	4,9462	4,2985	5
UFMG	MG	59	0,4506	3,4067	0,2319	4,8485	0,3175	4,9365	4,2268	5
UFRJ	RJ	67	0,4475	3,1768	0,2352	4,7822	0,3173	4,9190	4,1072	5
UFABC	SP	18	0,5081	3,8762	0,3269	4,2743	0,1650	4,4839	4,1066	5
UNIFESP	SP	31	0,3682	3,0605	0,3094	4,5156	0,3225	4,8104	4,0749	5
UFSC	SC	62	0,4696	3,2366	0,2504	4,7331	0,2801	4,8911	4,0747	5
UFLA	MG	23	0,5621	3,4266	0,1991	4,6098	0,2389	4,8439	4,0007	5
UFV	MG	6	0,5471	3,3579	0,2095	4,6267	0,2433	4,8997	3,9989	5

TABELA 35
Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2016)

(conclusão)

Sigla	UF	Nº Cursos	Alfa	Conceito médio da Graduação	Beta	Conceito Médio do Mestrado	Gama	Conceito Médio do Doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (faixa)
UFSCAR	SP	49	0,4896	3,2805	0,2262	4,5030	0,2842	4,8178	3,9940	5
UNB	DF	63	0,5425	3,3987	0,2337	4,5397	0,2238	4,7079	3,9583	5
UENF	RJ	14	0,5388	3,3916	0,2371	4,5820	0,2241	4,6049	3,9458	5

N= Número de Cursos com CPC no Triênio

Alfa = Proporção de Graduandos

Beta = Proporção de Mestrandos – Equivalente

Gama = Proporção de Doutorandos - Equivalente

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

TABELA 36
Tendência temporal do IGC da UFMG, 2007 a 2016

Ano	Conceito Médio Graduação	Conceito Médio Mestrado	Conceito Médio Doutorado	IGC Contínuo	IGC Faixa	Posição no Brasil
2007	-	-	-	4,14	5	4 ^a
2008	-	-	-	4,13	5	3 ^a
2009	3,76	4,69	3,73	4,17	5	4 ^a
2010	3,79	4,68	3,74	4,25	5	5 ^a
2011	3,59	4,65	3,68	4,14	5	5 ^a
2012	3,44	4,64	3,68	4,10	5	5 ^a
2013	3,38	4,74	3,90	4,14	5	5 ^a
2014	3,40	4,90	4,90	4,19	5	4 ^a
2015	3,39	4,85	4,94	4,21	5	3 ^a
2016	3,41	4,85	4,94	4,23	5	3 ^a

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

7.4.2 Conceito Preliminar de Curso, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado e Conceito ENADE

A Figura 5 mostra o desempenho dos cursos de Graduação da UFMG quanto ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), organizado por área, entre 2007 e 2016, a média na UFMG variou entre 4 e 4,3.

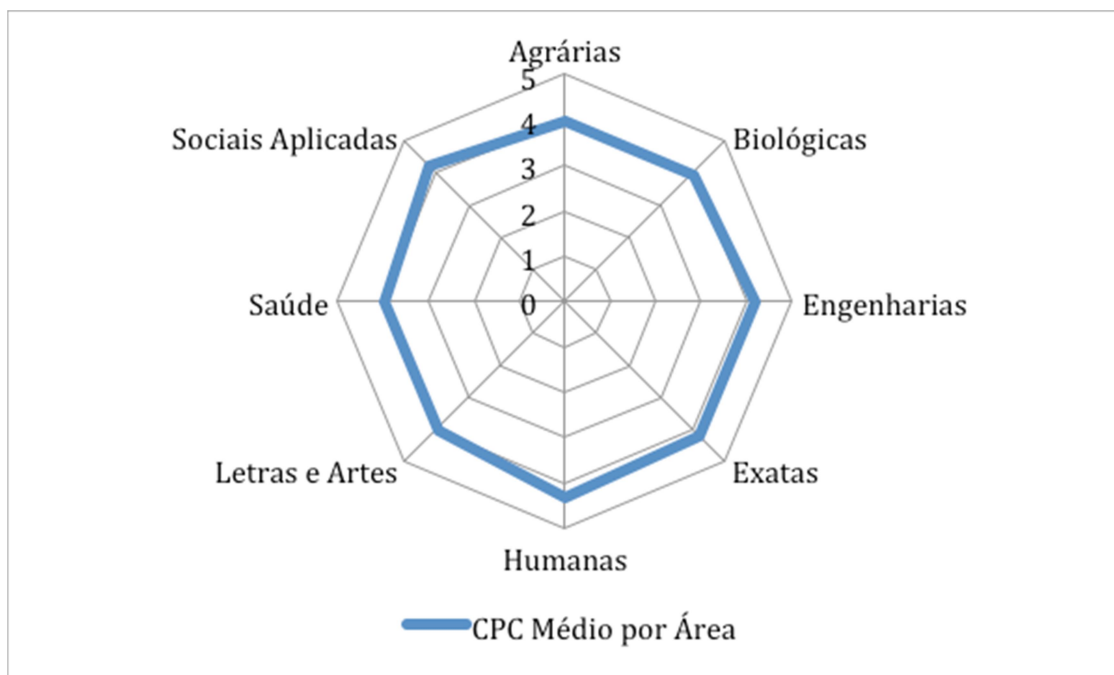


FIGURA 5 – CPC na UFMG – média por área, 2007-2016

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é composto por três dimensões: i) desempenho do estudante (55%); ii) corpo docente (30%) e iii) percepção discente sobre o processo formativo (15%). A dimensão “Desempenho dos Estudantes” envolve dois indicadores: o conceito ENADE (20% do CPC) e o IDD (35% do CPC). O Conceito ENADE se refere a média das notas dos estudantes concluintes na prova do ENADE. O IDD, indicador da diferença de desempenho observado e esperado, teria por finalidade destacar do desempenho médio dos estudantes concluintes aquilo que diz respeito especificamente ao valor agregado pelo curso ao desenvolvimento desses estudantes.

Quanto ao Conceito ENADE, a média em cada área manteve-se igual ou superior a 4 em todos os triênios de avaliação, o que é considerado um desempenho de concluintes muito bom em comparação com outros cursos no Brasil. O resultado detalhado por curso do último triênio avaliado, 2014-2016, é apresentado anexo. Observa-se que, nesse triênio, a média do Conceito ENADE na UFMG foi 4,5, do IDD foi 3 e do CPC, 4 (GRAF. 65).

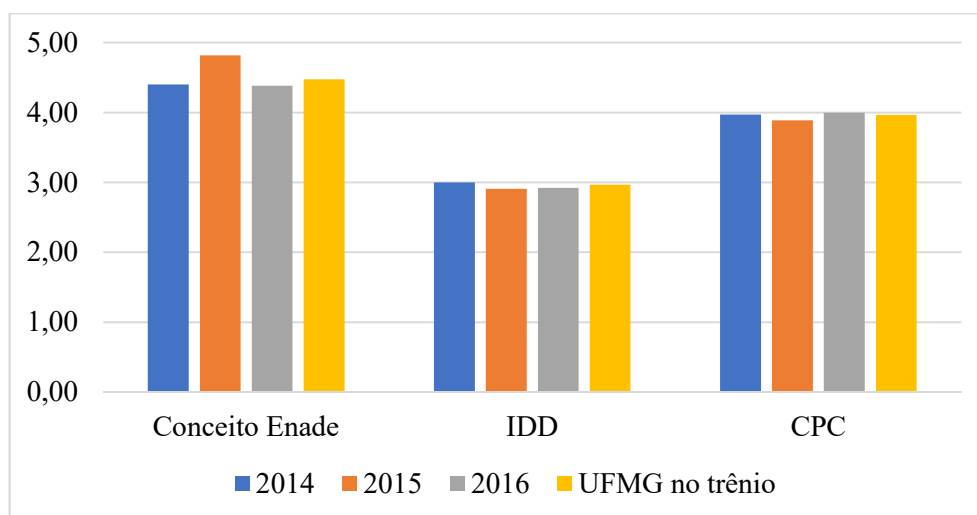


GRÁFICO 65 – Indicadores da UFMG no ENADE 2014, 2015 e 2016

A partir de 2014, o IDD passou a ser calculado subtraindo-se da nota do ENADE, a nota no ENEM. A UFMG, muito procurada no SISU, recebe estudantes com notas muito elevadas no ENEM, o que repercute negativamente no IDD e, por consequência no CPC. No último triênio 2014-2016, com 59 cursos avaliados na UFMG, obteve-se conceito ENADE igual a 5 em 32 (54%), mas apenas quatro cursos tiveram CPC igual a 5 (8%). Todos os quatro cursos com CPC igual a 5 são do ENADE 2014, quando três destes cursos não tiveram o IDD calculado porque ainda não havia número suficiente de concluintes com nota de ENEM. Em 2016, de seis cursos com Conceito ENADE 5, todos tiveram CPC igual a 4.

O curso de Educação Física da UFMG (ENADE 2016) é um exemplo claro do efeito negativo do IDD sobre o CPC. O curso da UFMG obteve a 3ª maior Nota do ENADE no Brasil (Conceito máximo 5) e a 44ª maior nota no CPC (Conceito 4), pois o IDD obteve nota padronizada 2,28 (Nota bruta -0,39). Uma nota bruta de IDD negativa seria como se o curso não tivesse agregado valor ao estudante concluinte, que por sua vez teve um desempenho excelente na prova. A impressão da CPA da UFMG, após diversas análises, é que o método de cálculo do IDD deveria ser revisto.

Na UFMG, a segunda dimensão do CPC, “Corpo Docente”, obtém notas muito elevadas, próximas a 5, em todos os cursos, porque mais de 95% dos docentes têm Mestrado/Doutorado e 100% trabalham em regime de trabalho maior ou igual a 20 horas semanais. A terceira dimensão do CPC, “Percepção discente sobre as condições do processo formativo”, será discutida de forma detalhada a seguir.

Os resultados detalhados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG, no último triênio (2014-2016) encontram-se no Anexo I, ao final desse PDI.

7.4.3 Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo

A dimensão “Percepção discente sobre as condições do processo formativo” é avaliada no Questionário do Estudante (QE), componente obrigatório do ENADE, disponibilizado *on-line* para preenchimento pelo estudante concluinte, em torno de um mês antes da prova. O QE é composto por dados socioeconômicos e 41 assertivas que abordam a percepção dos estudantes sobre diversos aspectos relativos aos cursos e às instituições. As respostas caracterizam-se como variáveis ordinais e estão em escala Likert, onde 1 significa “Discordo Totalmente”, e 6, “Concordo Totalmente”.

Quanto maior a nota, melhor a avaliação. O Gráfico 66 mostra a opinião dos estudantes concluintes da UFMG em 2014 (Ciclo Azul: Licenciaturas, Engenharias e Biológicas), 2015 (Ciclo Vermelho: Sociais e Humanas) e 2016 (Ciclo Verde: Saúde e Agrárias) e a média na UFMG, referente ao triênio avaliativo.

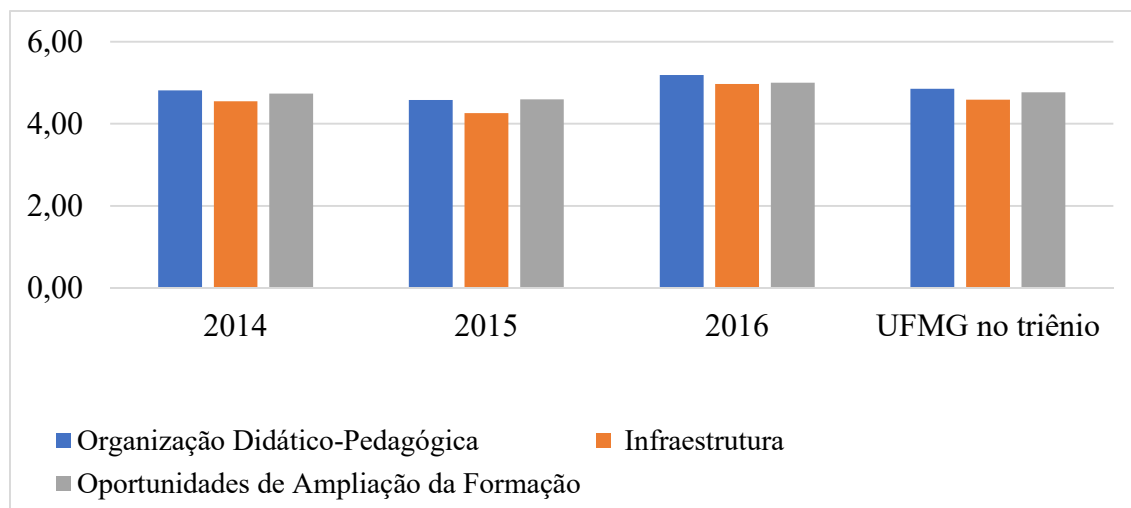


GRÁFICO 66 – Percepção discente sobre as condições do processo formativo dos cursos de Graduação na UFMG - Questionários do ENADE 2014, 2015 e 2016

Um outro olhar a respeito da opinião dos estudantes é possível a partir da análise dos Relatórios da UFMG, no ENADE, produzidos e divulgados pelo INEP/MEC. Nesses relatórios, há tabelas com itens do QE mostrando as respostas dos estudantes da UFMG de cada curso comparando com as respostas no Brasil e na mesma categoria administrativa. A análise dos resultados do ENADE exige atenção aos diferentes contextos das IES no Brasil. É comum discentes e docentes pensarem que essa avaliação não tem relevância para instituições historicamente reconhecidas como a UFMG. Soma-se a isso a possibilidade de incentivos individuais para estudantes de instituições que precisam divulgar um bom indicador para melhorar seu conceito no “mercado”. No questionário do estudante, observa-se notas muito elevadas nos três componentes (organização didática, infraestrutura e ampliação da formação), em algumas IES. Há evidências de que algumas instituições orientam seus estudantes a preencher o QE de modo a elevar a pontuação do curso no CPC. Voltando ao exemplo da Educação Física em 2016, nos resultados divulgados pelo INEP, há 14 cursos de instituições privadas em que todos os estudantes deram nota máxima 6 para todos os itens do QE. Porém nenhuma delas obteve Conceito ENADE ou CPC maior do que o da UFMG. Por esse motivo, a comparação interna, entre as áreas do conhecimento na própria UFMG e com universidades públicas federais é mais interessante do que a comparação com o Brasil.

Nas Tabelas 37 a 41, são mostrados alguns dos resultados do Relatório da UFMG no ENADE 2013 e 2014, analisados pela CPA, evidenciando a proporção de estudantes que concordou plenamente com a assertiva apresentada no Questionário do Estudante. Assim é possível perceber quais as áreas dentro da UFMG apresentam os melhores resultados em cada item e comparar os resultados de cada área do conhecimento na UFMG com outras IES da mesma categoria administrativa (universidade pública federal) e do Brasil. De maneira geral, o estudo da CPA evidenciou que a formação geral e crítica e as oportunidades de ampliação da formação (pesquisa,

extensão, intercâmbios, monitorias) foram muito bem avaliadas, acima da média em outras IES. Os estudantes foram mais críticos em relação a organização didática e integração teoria e prática.

TABELA 37

Percentual de estudantes que consideram que “os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	35,76	35,21	45,44
Exatas e da Terra	30,68	33,70	40,98
Letras	35,90	32,30	36,50
Humanas	23,17	29,73	34,47
Sociais Aplicadas	24,40	25,40	35,50
Ciências Biológicas	29,70	31,20	45,10
Licenciaturas	38,62	48,52	55,65
Saúde	47,24	49,46	67,50
Medicina Veterinária	37,00	42,50	55,60

TABELA 38

Percentual de estudantes que consideram que “as metodologias de ensino utilizadas no curso os desafiaram a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	28,56	28,64	39,44
Exatas e da Terra	34,50	32,06	38,90
Letras	55,20	48,40	50,10
Humanas	50,20	50,70	54,03
Sociais Aplicadas	35,15	31,95	39,45
Ciências Biológicas	21,20	29,20	42,00
Licenciaturas	40,25	50,94	56,75
Saúde	37,60	37,99	59,51
Medicina Veterinária	26,50	27,20	43,30

TABELA 39

Percentual de estudantes que consideram que “o curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	38,76	40,94	49,41
Exatas e da Terra	41,78	35,38	41,18
Letras	52,10	61,00	61,20
Humanas	74,77	73,17	75,43
Sociais Aplicadas	66,80	59,90	62,20
Ciências Biológicas	35,30	43,00	54,70
Licenciaturas	60,68	63,35	66,18
Saúde	52,56	49,22	65,90
Medicina Veterinária	38,60	38,30	49,90

TABELA 40

Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	50,21	42,56	43,06
Exatas e da Terra	51,92	44,90	47,22
Letras	53,80	48,90	49,80
Humanas	37,67	37,17	39,93
Sociais Aplicadas	46,05	42,70	41,60
Ciências Biológicas	47,40	47,40	50,60
Licenciaturas	48,72	47,68	49,98
Saúde	59,51	53,92	61,61
Medicina Veterinária	45,80	45,50	49,80

TABELA 41

Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	54,59	45,83	44,81
Exatas e da Terra	65,16	52,26	53,44
Letras	54,30	51,30	53,90
Humanas	45,33	41,47	42,90
Sociais Aplicadas	45,85	42,90	41,75
Ciências Biológicas	66,90	57,50	57,00
Licenciaturas	46,12	44,95	47,89
Saúde	60,12	53,86	59,98
Medicina Veterinária	57,70	47,20	48,90

7.4.5 Avaliação Externa - Recredenciamento Institucional da UFMG

Em 2017 a UFMG recebeu a visita de avaliação para fins de Recredenciamento Institucional obtendo nota máxima, Conceito 5 pelo MEC. A CPA analisou os resultados do Relatório de Avaliação da Comissão do INEP/MEC que realizou a visita *in loco*. No Quadro 14 são apresentados os conceitos em cada indicador avaliado dos cinco eixos do instrumento de avaliação.

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

(continua)

EIXOS	INDICADOR	CONCEITO
1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL		
1.1.	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	4
1.2.	Projeto/processo de autoavaliação institucional.	5
1.3.	Autoavaliação institucional: participação da Comunidade Acadêmica	4
1.4.	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	5
1.5.	Elaboração do relatório de autoavaliação	4
2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
2.1.	Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	5
2.2.	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de Graduação e de Pós-Graduação.	4
2.3.	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	5
2.4.	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	5
2.5.	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	4
2.6.	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	4
2.7.	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	5
2.8.	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	5
2.9.	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).	5
3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS		
3.1.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Graduação.	5
3.2.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).	5
3.3.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (aplica-se quando previsto no PDI).	4
3.4.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	5
3.5.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	5

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

(continua)

EIXOS	INDICADOR	CONCEITO
3.6.	Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	5
3.7.	Comunicação da IES com a comunidade externa.	5
3.8.	Comunicação da IES com a comunidade interna.	5
3.9.	Programas de atendimento aos estudantes.	5
3.10.	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	5
3.11.	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	3
3.12.	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	3
3.13.	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).	5
 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO		
4.1.	Política de formação e capacitação docente.	5
4.2.	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	5
4.3.	Gestão institucional.	5
4.4.	Sistema de registro acadêmico.	4
4.5.	Sustentabilidade financeira.	5
4.6.	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	5
4.7.	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).	5
4.8.	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo TAE (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).	5
 5 - INFRAESTRUTURA		
5.1.	Instalações administrativas.	5
5.2.	Salas de aula.	5
5.3.	Auditório(s).	5
5.4.	Sala(s) de professores.	4
5.5.	Espaços para atendimento aos estudantes.	4
5.6.	Infraestrutura para CPA.	4
5.7.	Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI.	4
5.8.	Instalações sanitárias.	5

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

EIXOS	INDICADOR	(conclusão)
		CONCEITO
5.9.	Biblioteca: infraestrutura física.	5
5.10.	Biblioteca: serviços e informatização.	5
5.11.	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	4
5.12.	Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	5
5.13.	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	5
5.14.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	5
5.15.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	5
5.16.	Espaços de convivência e de alimentação.	5

Na análise da CPA, o resultado da avaliação foi excelente, pois 71% (36/51) dos indicadores obtiveram conceito 5; 22% (13/51) conceito 4 e apenas 2 indicadores com conceito 3, relativos à avaliação de egressos, tema que motivou um evento de discussão em dezembro de 2017. No Resultado final, o Conceito Institucional foi 5, com médias em cada eixo avaliativo correspondendo a: Eixo 1 = 4,4; Eixo 2 = 4,7; Eixo 3 = 4,6; Eixo 4 = 4,9 e Eixo 5 = 4,7.

A CPA tem analisado também os relatórios de visita *in loco* dos cursos de Graduação, com finalidade de reconhecimento e renovação de reconhecimento. Entre 2008 e 2017, a UFMG recebeu 56 visitas *in loco*. Entre 2008 e 2013, a média do Conceito de Curso (CC) foi 4,19 (máximo possível igual a 5), sendo 89% dos conceitos maior ou igual a 4. Entre 2014 e 2017, a média do CC se elevou para 4,45, sendo 100% maior ou igual a 4.

Enfim, a UFMG é muito bem avaliada pelos procedimentos do SINAES conduzido pelo INEP/MEC, situando-se como uma das quatro universidades brasileiras com os dois indicadores de qualidade do SINAES, CI e IGC, com nota máxima. É uma das instituições de ensino superior mais procuradas pelos candidatos ao SISU, com notas de corte elevadas no ENEM³⁷. O bom desempenho da UFMG é reflexo de sua história de excelência, relevância social e inovação, marcas indispensáveis à universidade pública.

7.5 Proposta para avaliação continuada do PDI 2018-2023

A avaliação institucional tem papel importante no acompanhamento das políticas acadêmicas e na melhoria das atividades fins da Instituição, bem como de sua atividade meio e de sua infraestrutura. Configura-se como um desafio constante e tem como finalidade apresentar um olhar crítico e propositivo sobre o que acontece na Universidade, comparando o planejamento institucional com as ações implementadas. A Universidade é uma Instituição viva, dinâmica, inquieta, plural e democrática. Realizar o planejamento e a avaliação institucional nesse contexto exigem, portanto, o permanente diálogo com a Comunidade Acadêmica, com os gestores e com a sociedade.

³⁷ Disponível em: <https://www.ufmg.br/sisu/cursos-e-vagas/2017/>

A experiência de implementação dos dois PDIs anteriores sugere que esse instrumento poderia ter maior eficácia, tanto enquanto elemento organizador da evolução institucional quanto como ferramenta de apoio à avaliação institucional, se for objeto de constante acompanhamento. Se por um lado a referência constante a um PDI tem como requisito o reconhecimento desse instrumento, pela Comunidade Universitária, enquanto uma adequada tradução dos anseios, dos valores e dos compromissos da Instituição, por outro lado tal reexame contínuo do PDI, à luz dos acontecimentos futuros, pode se constituir em importante mecanismo de acúmulo de conhecimento institucional. Está sendo proposta, então, o acompanhamento da aplicação do PDI, ou seja, sua avaliação continuada.

A avaliação continuada do PDI pela CPA terá como objetivo articular os processos avaliativos de diversos setores, buscando a sistematização dos dados produzidos na Universidade. A CPA reconhece a necessidade de buscar continuamente aprimorar a qualidade das informações sobre a UFMG e incentivar a participação da Comunidade Acadêmica na avaliação, construindo uma Política de Avaliação Institucional. Nos relatórios anuais e integral apresentará estudos sobre as ações implementadas pela UFMG que se articulam com os objetivos previstos em cada tema (capítulo) do PDI, estabelecendo um ciclo em que a avaliação retroalimenta o planejamento. Permanece um desafio a ser enfrentado pela CPA e pela UFMG nos próximos anos, integrar avaliação e planejamento institucional de maneira mais efetiva e abrangente.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL

<p>Aprimorar a política de avaliação institucional, contribuindo para a melhoria da qualidade e da relevância da UFMG.</p>
--

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Consolidar e aprimorar os processos de autoavaliação institucional, alinhados com o PDI, fortalecendo a CPA e contribuindo para que a avaliação resulte na formulação de políticas institucionais acadêmicas e administrativas. 2. Aprimorar os processos de avaliação das políticas acadêmicas com ênfase na proposição de métodos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino e extensão junto aos estudantes, Comunidade Acadêmica e sociedade. 3. Realizar a autoavaliação da Pós-Graduação para fornecer subsídios ao estabelecimento de metas de crescimento. 4. Aprimorar os métodos de avaliação da atividade de Pesquisa, incluindo análises de qualidade de produção científica, interdisciplinaridade e inovação. 5. Desenvolver estudos sobre a avaliação discente do desempenho didático docente. 6. Sistematizar a avaliação de egressos da UFMG para identificar a área de atuação, inserção no mundo do trabalho e contribuir para a reflexão sobre a formação permanente. |
|---|

AÇÕES³⁸

ANO	1	2	3	4	5
1. Atuar na construção de estratégias para o fortalecimento de uma cultura de avaliação na					

³⁸ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

UFMG, por meio de maior espaço de comunicação e reflexão junto à Comunidade Acadêmica.					
2. Realizar seminários e dialogar com espaços existentes (Colegiados, Conselhos, eventos acadêmico-científicos) para incluir a discussão dos processos e resultados da autoavaliação.					
3. Melhorar a divulgação dos resultados e das consequências dos processos avaliativos, promovendo a devolutiva para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade.					
4. Promover maior participação da Comunidade Acadêmica na avaliação institucional e realizar a devolutiva dos resultados.					
5. Consolidar e aprimorar a avaliação das atividades de extensão.					
6. Realizar a avaliação sistematizada de cursos de Graduação, promovendo a interação entre Núcleos Docentes Estruturantes, CPA da UFMG e PROGRAD.					
7. Implementar a avaliação de egressos, em parceria entre a DAI, PROGRAD, IEAT e DRI.					
8. Realizar estudos e divulgar a interpretação crítica e formativa da avaliação discente do desempenho didático docente.					
9. Analisar criticamente e divulgar os resultados de avaliações externa e interna da Pesquisa e Pós-Graduação.					